

O tema do STF de número 1145 trata sobre a Possibilidade de instituição de vantagem pessoal nominalmente identificada VPNI por decisão judicial em favor de servidor público a fim de conciliar o exercício da autotutela administrativa com os princípios da proteção da confiança e da irredutibilidade de vencimentos após longo período de interpretação inconstitucional da forma de cálculo de vantagem remuneratória